

DOSSIÊ

A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DA VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA PARAENSE NO LIVRO-REPORTAGEM O MASSACRE:

Eldorado do Carajás



ALDA CRISTINA SILVA DA COSTA

Universidade Federal do Pará, Belém – PA – Brasil

ORCID: 0000-0002-8430-5703

ERICA DIAS

Universidade Federal do Pará, Belém – PA – Brasil

ORCID: 0000-0002-7490-5158

DOI: 10.25200/BJR.v20n2.2024.1649

Recebido em: 11/12/2023

Desk Review em: 02/02/2024

Editor de Desk Review: Lia Seixas

Revisado em: 03/05/2024

Aprovado em: 7/05/2024

Como citar este artigo: Costa, A.C.S., & Dias, E. THE NARRATIVE CONSTRUCTION OF VIOLENCE IN THE PARAENSE AMAZON IN THE NON-FICTION BOOK THE MASSACRE: ELDORADO DO CARAJÁS. *Brazilian Journalism Research*, 20(2), e1649. DOI 10.25200/BJR.v20n2.2024.1649

RESUMO – O presente artigo visa compreender como a narrativa dos conflitos por terra na Amazônia – em específico, o massacre de Eldorado do Carajás, um dos mais graves confrontos entre a polícia e os trabalhadores, que resultou em 19 trabalhadores mortos e mais de 50 feridos no sudeste paraense –, é construído no jornalismo literário. O corpus de análise selecionado é o livro-reportagem *O massacre: Eldorado do Carajás – Uma história de impunidade* (2019), escrito pelo jornalista Eric Nepomuceno. Sob as lentes da “análise pragmática da narrativa jornalística” de Motta (2007), tecemos a compreensão da referida obra, com a constatação, como resultados, da imprescindibilidade de atenção aos casos de violência no campo, da devastação do meio ambiente e da repressão demasiada ao povo que luta por seu direito à terra.

Palavras-chave: Amazônia. Conflitos por terra. Jornalismo literário. Livro-reportagem O massacre. Análise narrativa.

THE NARRATIVE CONSTRUCTION OF VIOLENCE IN THE PARAENSE AMAZON IN THE NON-FICTION BOOK THE MASSACRE: Eldorado do Carajás

RESUMEN – This article aims to understand how land conflict narratives in the Amazon are constructed in literary journalism – specifically the Eldorado do Carajás massacre, one of the more serious confrontations between military police and workers, and resulted in 19 farmers shot dead and more than 50 injured, in southeastern Pará. The corpus analysis selected for this work is the 2019 non-fiction book *O massacre: Eldorado do Carajás - Uma história de impunidade* (in English, *The Massacre: Eldorado do Carajás - A Story of Impunity*) written by journalist Eric Nepomuceno. Under the lens of Motta's (2007) "pragmatic analysis of journalistic narrative", we understand this book, with the results showing that it is essential to pay attention to cases of violence in the countryside, the devastation of the environment, and the excessive repression of people fighting for their right to land.

Key words: Amazonia. Land conflicts. Literary journalism. Non-fiction book *The Massacre*. Narrative analysis.

ILA CONSTRUCCIÓN NARRATIVA DE LA VIOLENCIA EN LA AMAZONIA PARAENSE EN EL LIBRO-REPORTAJE LA MASACRE: De Eldorado do Carajás

ABSTRACT – Este artículo tiene como objetivo comprender cómo se construye en el periodismo literario la narrativa de los conflictos por la tierra en la Amazonia – en concreto, la masacre de Eldorado do Carajás, uno de los enfrentamientos más graves entre la policía y los trabajadores, que se saldó con 19 trabajadores muertos y más de 50 heridos en el sureste de Pará. El corpus de análisis seleccionado es el libro-reportaje *O massacre: Eldorado do Carajás - Uma história de impunidade* (2019), escrito por el periodista Eric Nepomuceno. A través de la lente del "análisis pragmático de la narrativa periodística" de Motta (2007), hemos llegado a la comprensión del libro, con los resultados que muestran que es esencial prestar atención a los casos de violencia en el campo, la devastación del medio ambiente y la represión excesiva de las personas que luchan por su derecho a la tierra.

Palabras clave: Amazonia. Conflictos por la tierra. Periodismo literario. Libro-reportaje *La masacre*. Análisis narrativo.

1 Introdução

De acordo com o relatório *Conflitos no Campo Brasil 2022*, publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram registradas, naquele ano, 2.018 ocorrências de confrontos na área rural do país. Desse total, 1.107 ocorreram na região amazônica, local que também concentrou cerca de 72.35% dos assassinatos em decorrência da disputa pela terra. Ainda segundo o relatório, publicado em abril de 2023, dentro das unidades de federação da Amazônia Legal, o Pará, denominado aqui de "Amazônia paraense", foi o segundo estado com mais casos de conflitos registrados (175), atrás, apenas, do Maranhão (178).

A colocação do estado paraense nas estatísticas dos conflitos no campo é reflexo de uma violência enraizada e organizada, para excluir a população local, em favor de grupos políticos e econômicos privilegiados (Loureiro & Guimarães, 2007). Por conta disso, seu destaque nos relatórios tornou-se constante e, em alguns anos, a atenção pública se revelou nacional e internacional – a exemplo de 1996, quando o Estado liderou a lista de trabalhadores rurais assassinados no campo, ao reunir 72% das mortes (Nepomuceno, 2019). Isso ocorreu, principalmente, por conta do massacre em Eldorado do Carajás, no dia 17 de abril de 1996.

O episódio resultou de uma ação policial com o objetivo de retirar cerca de mil trabalhadores acampados na rodovia PA-150, como forma de pressionar o governo estadual a desapropriar as terras da fazenda Macaxeira¹ (Barreira, 1999). Porém, a desobstrução da via transformou-se em confronto desigual: de um lado, os trabalhadores rurais sem-terra, armados com paus e pedras; do outro, mais de 60 policiais militares, a portar diversos tipos de armas de fogo (Costa, 2018). Ao fim do dia, 19 manifestantes morreram no local, dois faleceram no hospital e mais de 50 ficaram gravemente feridos (Pereira, 2020).

Silva (2020) ressalta que jornais brasileiros de grande circulação produziram matérias diárias sobre o massacre, por quase dois meses. Contudo, o autor aponta que a imprensa não abarcava, de modo crítico, os temas complexos que envolviam a morte dos trabalhadores, fosse por questões políticas, fosse por motivos comerciais. Para conseguir expor a injustiça na tragédia ocorrida no sudeste paraense, e apresentar os aspectos relevantes do cenário dos conflitos por terra na região, alguns jornalistas optaram por produzir conteúdo em jornais independentes, ou se voltaram ao livro-reportagem. Em tal formato, de acordo com Oliveira & Bernd (2021), encontram-se narrativas com grau de amplitude extensiva em detalhes, além de raízes, projeção humana e desdobramentos possíveis.

O livro-reportagem é identificado como uma das maiores expressões do jornalismo literário. O gênero, caracterizado por unir as técnicas objetivas do jornalismo à voz pessoal da literatura, é compreendido como alternativa aos textos do jornalismo diário, pois a linguagem literária se oferece como espaço da experimentação criativa (Costa, 2005), contra a condicionalidade de uma linguagem jornalística pressionada por imediatividade, tempo e espaço.

Ou seja, configura-se em um jornalismo mais interpretativo, uma vez que propõe esforço efetivo, de compreensão da realidade vivida por determinados sujeitos, dentro de um recorte de tempo histórico e de uma cultura (Costa, 2020). Ou, então, o que afirma Marques (2002, pp. 15-17), ao refletir sobre as convergências entre jornalismo e literatura, de que a linguagem “parece tornar-se literária quando seu uso instaura um universo, um espaço de interação de subjetividades (autor e leitor) que escapa ao imediatismo, ao predizível e ao estereótipo das situações e usos da linguagem que configuram a vida cotidiana”.

É evidente que as relações entre o jornalismo e a literatura não são identificadas, aqui, como homogêneas, considerando as perspectivas históricas de fundamentação de cada um dos campos, com presença de encontros e desencontros, divergências e convergências, conflitos e negociações. Esta pesquisa, porém, alinha-se ao caráter híbrido que o livro-reportagem assume para abordar questões da realidade social, que, cotidianamente, não se fazem presentes nas notícias, seja por questões editoriais, seja por alinhamentos políticos, falta de profissionais para deslocamento e cobertura ou questões temporais de apuração mais aprofundada.

Desse modo, com o intuito de mostrar a vida da população que sofreu uma das maiores barbáries brasileiras na área rural, o jornalista Eric Nepomuceno voltou-se à produção do livro-reportagem *O Massacre – Eldorado do Carajás: uma história de impunidade*. A obra, publicada em 2007 e relançada em 2019, relata o antes, o durante e o depois da chacina, com base nos depoimentos de sobreviventes e familiares das vítimas, além de realizar minucioso exame de relatórios policiais, registros médicos e demais documentos.

O Massacre foi escrito pelo jornalista, repórter e tradutor Eric Nepomuceno. Nascido na cidade de São Paulo, o profissional começou a atuar nas redações brasileiras em 1965. Nepomuceno também foi correspondente internacional e cobriu os golpes de Estado no Uruguai e na Argentina. Como escritor, publicou livros de contos e não ficção, sendo *O Massacre* uma de suas obras mais conhecidas.

O livro-reportagem sobre a chacina ocorrida em Eldorado está dividido em cinco capítulos: 1) “Uma imensidão de terras e violência”: apresenta o contexto histórico e social dos conflitos no campo na Amazônia; 2) “O preço de um sonho”: mostra os relatos e a situação dos sobreviventes, conhecidos como “mutilados”; 3) “A história de um massacre impune”: detalhes do massacre e das mortes

das vítimas; 4) “A longa marcha ao encontro da morte”: retrata os fatos que culminaram com a caminhada que desencadeou a chacina; e 5) “Uma história de impunidade”: aborda as investigações, os julgamentos, a injustiça contra as vítimas e a luta dos sobreviventes.

Assim, partindo desses apontamentos, este artigo propõe-se a analisar quais estratégias do jornalismo literário operam na construção dos conflitos por terra presente no caso de Eldorado do Carajás, conforme abordado no livro-reportagem *O Massacre*. Com o objetivo de investigar a composição narrativa sobre a disputa pela terra na Amazônia, selecionamos a “análise pragmática da narrativa jornalística” de Motta (2007) como aporte metodológico, de modo a interpretar as dinâmicas textuais na obra de Nepomuceno (2019).

Para compreendê-las, é apresentado, inicialmente, um panorama sobre os confrontos agrários na Amazônia paraense e sua relevância nos textos jornalísticos-literários, com foco no livro-reportagem. Ao partir para a análise, compreendemos que Nepomuceno (2019) utilizou com precisão as características centrais do jornalismo literário e as cristalizou no potencial textual de um livro-reportagem com caráter interpretativo dos fatos. Nele, são vistas as camadas que recobrem a constituição dos conflitos por terra, pois sua significação está relacionada a diversos contextos e atores sociais.

2 Os conflitos no campo na Amazônia e o massacre de Eldorado do Carajás

Os conflitos brasileiros no campo são o retrato da desigualdade social que assola o país, desde o período colonial, com a Amazônia no centro dos embates (Araújo, 2007). Com o passar dos anos, os confrontos na região mantiveram-se presentes na vida de povos indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, camponeses, sem-terra e demais comunidades tradicionais (Feliciano, 2016).

Em breve retrospecto dos estágios exploratórios ocorridos na Amazônia, algumas ações foram significativas para a ampliação do mercantilismo, em detrimento da natureza, como a busca pelas drogas do sertão, no final do século XVII, o ciclo da borracha, iniciado na década de 1880, e as leis de incentivo à ocupação de terras no território amazônico, a partir de 1960 (Becker, 2015). Esses três períodos têm, em comum, o interesse monetário na região,

em detrimento do bem-estar das comunidades tradicionais e da população camponesa, impondo condições de expulsão e às pessoas, que se veem em situações de “realização de processos econômicos pela via da violência” (Malheiro, 2020, p. 93). Outro fator inerente a essa exploração foram os intensos fluxos migratórios.

De acordo com Silva e Scudeller (2022), as intervenções migratórias no território amazônico, em especial as executadas a partir da década de 1950, se mostraram as responsáveis pelo aumento da população na área: o número de habitantes passou de um milhão para cerca de cinco milhões. Além disso, as construções de rodovias na região resultaram em mais um momento decisivo de ocupação na Amazônia, oriunda das concessões de benefícios fiscais.

As leis de incentivo no Brasil, segundo Castro (2017), criadas e executadas durante o regime da ditadura militar, promoveram os projetos na Amazônia à sombra de um discurso que colocava a Região Norte como local desabitado, que ansiava pelo progresso para garantir a soberania nacional diante da cobiça internacional. Assim, nos anos seguintes à implementação dos benefícios fiscais por meio das leis de incentivo, grandes projetos coordenados por empresários brasileiros – e, posteriormente, estrangeiros – firmaram-se no território.

Juntos dos eventos de reordenação territorial na área rural da Amazônia Brasileira, surgem as mortes encomendadas, os assassinatos e as chacinas. Segundo Pereira (2015), apesar da forte presença do mercado privado na região, a maioria dos crimes tem a participação do poder público, seja por omissão, seja de modo ativo. No segundo caso, alguns dos executores ou são policiais militares, contratados por empresários com forte influência política, ou estão a mando do próprio Governo, a exemplo da ação em Eldorado do Carajás (Pereira, 2015).

Tal massacre ocorreu no dia 17 de abril de 1996, quando Almir Gabriel, então governador, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ordenou que o coronel Mário Colares Pantoja e seu subordinado direto, major José Maria de Oliveira, desobstruíssem a estrada PA-150, no km 95, chamada de “Curva do S”. A via estava bloqueada por famílias e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que lutavam pela desapropriação da fazenda Macaxeira.

Em obediência às ordens do governante estadual, 68 policiais militares, portando diversos tipos de armas de fogo, chegaram ao local e começaram o extermínio, que “resultou na morte dos 19

trabalhadores rurais sem-terra e deixando um rastro de mais de 51 feridos” (Silva, 2020, p. 15). Entre os atingidos, dois morreram no hospital público de Curionópolis.

A chacina, conhecida popularmente como “Massacre de Eldorado do Carajás”, foi amplamente relatada em veículos de comunicação nacionais e internacionais. No Brasil, jornais de grande circulação publicaram, quase que diariamente, por dois meses, matérias sobre o crime ocorrido no município paraense (Silva, 2020). Nos jornais do exterior, Barbalho (2014) aponta a relevância da cobertura, a exemplo dos veículos portugueses, que optaram por enviar correspondentes, ao invés de reproduzir os relatos de agências de comunicação. Apesar da ampla divulgação da chacina, porém, persistiu a cobertura rasa, com termos incorretos e a estigmatização das vítimas. O próprio MST, aliás, fez a correção das expressões utilizadas. Exemplo marcante diz respeito à palavra “invasão”, usada, pela mídia tradicional, no lugar de ocupação. Percebem-se, assim, os reflexos de uma imprensa que abordou, de modo superficial, uma, entre tantas pautas, em torno da reforma agrária brasileira (Souza & Silva, 2013).

Portanto, partindo da importância de como o assunto deve ser tratado, escrito e publicado, Eric Nepomuceno voltou-se à produção de um livro-reportagem. Em *O massacre: Eldorado dos Carajás – Uma história de impunidade*, o jornalista destaca as questões fundiárias no estado do Pará e põe, no centro a luta das famílias dos trabalhadores rurais pelo assentamento, a ocupação organizada pelos integrantes do MST e as injustiças do judiciário. Tudo isso a partir dos relatos dos sobreviventes e da reanálise de documentos e matérias. Nepomuceno humaniza a luta dos trabalhadores contra o apagamento, no jornalismo industrial e comercial, de suas vozes .

3 Jornalismo literário e livro-reportagem: o cotidiano à luz da realidade

Conceituado a partir da junção dos recursos textuais do jornalismo e da literatura, e da produção de textos desprendidos da instantaneidade, o jornalismo literário também pode ser compreendido segundo outros elementos de composição. Esse gênero híbrido é capaz de situar, no centro de sua narrativa, relatos contextualizados, de apresentar as subjetividades dos sujeitos

envolvidos, de desvencilhar a frieza estatística e de contribuir com a sociedade e o pensamento crítico (Quadros, 2021). É um jornalismo que contribui em diferentes campos do conhecimento e alavanca novos arquétipos para a compreensão do real (Lima, 2009).

Os estudiosos Normam Sims e Mark Kramer (1995) afirmam que, para um texto ser definido como pertencente ao jornalismo literário, é preciso que contenha oito traços essenciais: humanização, simbologias, imersão, dados, digressão, voz autoral, estilo e informações verídicas. O pesquisador brasileiro Felipe Pena (2006) endossa a afirmação de Sims e Kramer (1995), ao ressaltar a necessidade de entender o jornalismo literário antes de aplicá-lo. Assim como os estudiosos estrangeiros, Pena desenvolveu aspectos, citados frequentemente em trabalhos acadêmicos, que identificam uma narrativa jornalística-literária “Estrela de Sete Pontas”. Por meio de tal conceito, o autor apresenta os sete pontos-chave de um texto pertencente ao gênero: potencialização dos recursos narrativos, rompimento dos limites cotidianos, visão ampla da realidade, exercício da cidadania, distanciamento do lead, afastamento das fontes oficiais e perenidade.

Quando um jornalista usa alguns dos elementos formulados por Pena (2006), de Sims e Kramer (1995) ou de outros pesquisadores da área, além de fazer jornalismo literário, contribui para a manutenção do seu formato ou a ampliação de sua compreensão. E, apesar de o gênero híbrido ser visto como um contraponto ao jornalismo diário, por causa de sua profundidade narrativa, jamais deve ser pensado como algo superior. Afinal, também faz parte do âmbito informativo e visa comunicar com seriedade (Borges, 2013). Ou seja, é um jornalismo interpretativo, que aborda os fatos à luz da sua realidade social e dos sujeitos nele envolvidos.

Castro (2010) afirma que mesmo que o jornalismo literário seja apontado como contranarrativa, ele não pode ser enxergado como algo revolucionário, pronto a ser fixado no lugar do jornalismo convencional. Ao contrário, deve ser observado como a junção de diversos campos de saberes, que não descarta qualquer metodologia ou narrativa. Deve ser compreendido como um fazer jornalístico livre, criativo, moldado por vários conhecimentos sociais, e que cobra do profissional um exercício intenso de suas habilidades narrativas. Como exemplo, cita-se a jornalista Eliane Brum.

Quando Eliane Brum adentra o universo do jornalismo literário para escrever seus livros – *A vida que ninguém vê* (2006), *O olho*

da rua (2008) etc. – ou grandes reportagens sobre a Amazônia, ela executa atitudes opostas à sua rotina na redação: viaja até o local do fato, entrevista o máximo de moradores possível e reduz o espaço para representantes públicos (Quadros, 2021). Nesses procedimentos, identifica-se que a construção dos relatos produzidos nas redações promove lacunas que o jornalismo literário preenche, ao melhorar “técnicas, olhares e texto” do fazer jornalístico (Fontana, 2009, p. 170).

Quando um jornalista produz conteúdos com base nos elementos do jornalismo literário, não se restringe às divisas da linguagem, mas explora “um gênero fronteiro, que tira partido das técnicas literárias e dos elementos básicos jornalísticos, como levantamento de informações, para produzir um texto bem apurado e escrito” (Martinez, 2009, p. 71). Uma de suas maiores expressões é o livro-reportagem. Lima (2009) o define como publicação que retrata fatos com amplitude, pois possibilita um número ilimitado de caracteres e tempo para a cobertura. O estudioso também indica que a obra é uma mídia do formato não-periódico, que abarca diversos estilos, linguagens, além de reunir entrevistas, dados, sensibilidade, imersão e outros componentes capazes de aumentar o potencial da arte de narrar histórias reais.

Doravante, o livro-reportagem se revela aos jornais diários, pois o assunto nele destrinchado é proveniente da notícia publicada (Pessa, 2009). E, como todo processo de evolução, seu modo de comunicar se aperfeiçoou. Primeiro, a partir das reportagens, vista como espaços onde é possível apresentar situações camufladas em evidência (Lage, 2001) e organizar um caso a partir de personagens, tramas e descrições, tudo revelado sob o olhar da objetividade e apresentado com o compromisso da informação (Sodré & Ferrari, 1986). Seus primeiros passos se iniciaram no final da década de 1910, e se firmaram nas revistas, a exemplo de *Times*, em 1923, nos EUA, e de *Realidade* (1966-1976), no Brasil.

Apesar de o aumento da perspectiva narrativa ser suprida pela reportagem, o desejo de obter alcances ainda maiores, no que se refere à compreensão de um fato, é galgado pela “grande reportagem” (Pessa, 2009). Não somente isso: segundo Kotscho (2000), a nomeação (“grande reportagem”) não reflete apenas o aumento do número de linhas, mas diz respeito à representação de vultoso investimento pessoal e financeiro.

Assim, quando um caso tem informações limitadas, torna-se questão em potencial a ser amplificada em outras mídias (Pessa,

2009). No caso do livro-reportagem, o espaço, o tempo e o foco na vida cotidiana proporcionam uma reconstrução relevante da história. Destacamos, de acordo com Lima (2009), que, para estruturar um livro-reportagem, é essencial a presença de determinados aspectos narrativos, como a pesquisa, o testemunho e a humanização das pessoas envolvidas no episódio relatado. Os três “pontos” podem ser vistos em *O Massacre*.

4 Procedimentos metodológicos

A narrativa é um aspecto inerente à vida do ser humano, seja no ato de contar episódios corriqueiros, seja na produção de conteúdos textuais ou visuais elaborados. Como afirma Lima (2013), a narrativa, além de uma maneira de expressão, é a concepção de alguém que observa, entende e processa o universo social ao seu redor. Neste estudo, que é fruto da pesquisa realizada na dissertação de mestrado desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), buscamos compreender como a narrativa de *O Massacre* foi construída por Nepomuceno (2019). A lente analítica a que recorremos neste artigo foi a “análise pragmática da narrativa”, de Motta (2007). Por meio dela, busca-se compreender a inserção e a construção dos entrevistados, o enredo, o conflito, a intriga, dentre outros elementos direcionados pelo autor, em paralelo aos aspectos do jornalismo literário, responsáveis pela configuração narrativa dos conflitos de terra na Amazônia.

As etapas do processo desenvolvido por Motta (2007) são divididas em seis movimentos: 1) Recomposição da intriga ou Acontecimento jornalístico: conecta o enredo de modo cronológico, pois o começo, o meio e o fim da narrativa são determinados pelo analista e devem prescindir de rigor e coerência; 2) Identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios: reconhece os elementos centrais que estruturam a narrativa e os episódios que a mantêm viva; 3) A construção de personagens jornalísticas: identifica os indivíduos e verifica sua construção e participação na narrativa; 4) Estratégias comunicativas: procura os dispositivos de linguagem usados intencionalmente pelo jornalista, divididos em estratégias de objetivação e subjetivação (na primeira, observam-se os recursos que oferecem a referencialidade da realidade narrada; na segunda, identificam-se os artifícios usados para gerar efeitos de sentido

emocionais); 5) Relação comunicativa e o “contrato cognitivo”: observa o jogo de intencionalidades existente na relação narrador-narratário (jornalista-audiência) e se o profissional consegue relatar a verdade para o público; 6) Metanarrativa – Significados de fundo moral ou fábula da história: mostra e interpreta o significado simbólico do enredo.

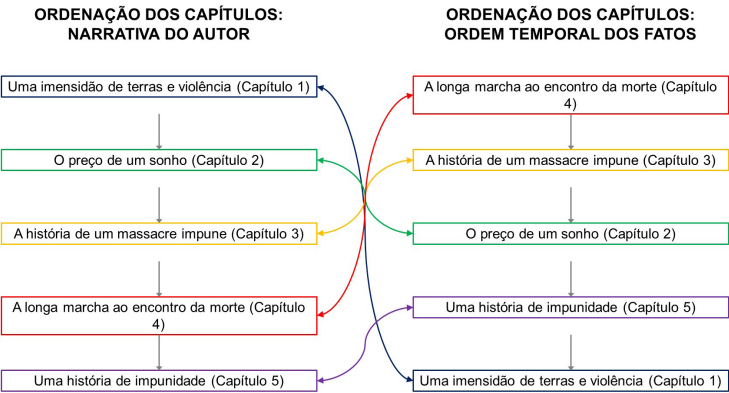
A análise narrativa desenvolvida por Motta (2007) possibilita o esquadrinhamento para além da investigação dos recursos narrativos tidos como essencialmente jornalísticos. Segundo o próprio autor, os artifícios narrativos podem ser encontrados em qualquer tipo de texto, estejam eles presentes nas páginas dos jornais diários ou dos produtos oriundos do jornalismo literário. Sua análise oportuniza a investigação de enredo, personagens, padrões estilísticos e particularidades textuais.

5 Resultados da análise

O primeiro movimento, a “Recomposição da intriga ou Acontecimento jornalístico”, visa unir as partes fragmentadas de uma narrativa para descobrir os dispositivos usados pelo autor e depreender sua completude cronológica. Entretanto, aqui, ela é aplicada em um livro-reportagem, conhecido pelo seu grau de integralidade textual. Por isso, logo se identifica que a história, em *O Massacre*, é desenvolvida no formato não-linear. Isso ocorre porque Nepomuceno (2019) não começa a trama com o assassinato dos trabalhadores sem-terra, mas com referências sobre a violência no campo brasileiro e os conflitos por terra na Amazônia paraense. Verificou-se que a disposição dos capítulos estruturados pelo jornalista é diferente da ordem temporal do fato. Dessa maneira, a ordenação dos capítulos é compreendida de dois modos, como apresentado na figura 1.

Figura 1

Quadro da ordem narrativa e cronológica dos capítulos de *O massacre* (2019)



Observa-se que a opção de Nepomuceno (2019) por usar uma narrativa não-linear realça seu ímpeto em mostrar que o evento é mais amplo do que o relatado nos veículos de comunicação diários. Ademais, o uso desse recurso tem o propósito de cingir o leitor nos detalhes do caso, tanto para conceder-lhe ciência dos diversos núcleos presentes na história quanto para promover um atraso proposital à exposição do conflito central. Nessa recomposição, verifica-se o que Pena (2006) chama de rompimento do lead. Aqui, vemos que as seis questões básicas do jornalismo – o que, quem, quando, onde, como e por que – são respondidas, detalhadas e diluídas durante a escrita de um livro-reportagem.

No segundo movimento, “Identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios”, foram identificados, em *O Massacre*, o conflito principal, o conflito secundário e quatro episódios fundamentais para a narrativa.

Na obra, o conflito principal é a chacina dos trabalhadores rurais sem-terra integrantes do MST. Em seguida, o conflito secundário é a impunidade dos agentes públicos que atuaram na ação. Isso é observado no prefácio, quando Nepomuceno (2019) frisa que Almir Gabriel e Paulo Sette Câmara, governador e secretário de segurança em exercício no dia da chacina, foram beneficiados pelo privilégio da impunidade, por não terem sido indiciados. Sobre Paulo Sette, o autor

reforça a impenitência, ao apontar os frutos dessa regalia na vida do gestor público: “Ironicamente, tornou-se consultor especializado justamente em segurança pública. [...] Lamento mais essa entre as tantas incoerências deste país tão contraditório” (Nepomuceno, 2019, p. 8). E, em relação aos policiais militares que coordenaram a operação, o coronel Pantoja e o major Colares, Nepomuceno (2019) relata como o poder Judiciário foi ameno com ambos: os PMs permaneceram em liberdade até o ano de 2012, quando foram condenados. Contudo, obtiveram liberação para prisão domiciliar: o primeiro no ano de 2016; o segundo, em 2018.

A partir dos dois conflitos apresentados, foram delimitados os quatro episódios e suas funções narrativas, ordenados de acordo com a temporalidade do caso.

O primeiro episódio é a ocupação da fazenda Macaxeira, que, na verdade, era um complexo composto pelas fazendas “Castanhal Macaxeira, Castanhal Fundos de Macaxeira, Castanhal Volta do Rio e Castanhal Garota Verde” (Nepomuceno, 2019, p. 86). Os trabalhadores rurais lutavam, há meses, pela desapropriação da propriedade, por considerá-la sem função social, ou seja, sem regularidades trabalhistas, atividades de plantio e conservação do espaço. Assim, a função desse episódio é exibir a resistência dos sem-terra em superar os entraves colocados pelas gestões pública e privada.

O segundo episódio é a organização da marcha de Curionópolis a Belém, organizada pelos trabalhadores sem-terra. A caminhada tinha o objetivo de chamar a atenção de políticos, imprensa e sociedade em relação ao descaso do governo estadual em dar andamento à expropriação da fazenda Macaxeira. Logo, identificou-se a função desse episódio como “protesto”, voltado a realçar a batalha dos manifestantes a conseguir requerer a propriedade em desuso.

No terceiro episódio, Nepomuceno (2019) descreve as sequelas físicas e psicológicas dos sobreviventes da chacina, conhecidos como “mutilados”. As vítimas relatam como lidam com as marcas das agressões e as memórias da tragédia. Com a finalidade de sensibilizar, essa unidade narrativa visa ressaltar a importância do papel da sociedade em não ignorar a causa dos traumas relatados, já que os entrevistados não têm esse direito.

O quarto episódio aborda as irregularidades da Polícia Militar e do Judiciário sobre os trabalhadores sem-terra. Nele, são narradas as falhas durante a ação dos policiais militares, o julgamento dos acusados de coordenar a operação e o processo que responsabilizava

o Estado em indenizar os sobreviventes e familiares dos trabalhadores assassinados. A função desse episódio é denunciar as atitudes contraditórias dos agentes públicos, tanto do setor político quanto do judiciário.

Portanto, a identificação dos conflitos principal e secundário nos mostrou a abertura dos episódios e suas funções, como se podem visualizar na tabela 1:

Tabela 1

Episódios narrativos e suas funções em O Massacre (2019)

Episódios Narrativos	Função
Episódio 1 - Ocupação da Fazenda Macaxeira	Resistência
Episódio 2 - Organização da marcha de Curionópolis a Belém	Protesto
Episódio 3 - A vivência dos mutilados após o massacre	Sensibilização
Episódio 4 - Irregularidades da Polícia Militar e do Judiciário	Denúncia

Os conflitos e as unidades narrativas identificados nesta etapa destacam que o autor não se preocupa em relatar apenas o caso, mas se concentra em contar o antes e o depois. Ele executa, em sua escrita, o que Lima (2009) chama de amplitude da realidade: uma técnica do jornalismo literário voltada à abrangência dos fatos, oferecendo uma universalidade temática. Nesse caso, uma cobertura estendida sobre os fatos da violência rural no estado do Pará e da vivência das vítimas do conflito.

No terceiro movimento de Motta (2007), chamado de “Construção de personagens”, são identificados os sujeitos que operam papéis fundamentais na trama. Os personagens são capazes de realçar os eixos narrativos e incitar, no leitor, sentimentos como agonia, raiva, tristeza e afeição, pois sua representação “é uma construção que mobiliza a subjetividade do repórter” (Motta, 2007, p. 154).

Na narrativa de Nepomuceno (2019), foram contabilizados 124 personagens. Para fins de análise, selecionaram-se os cinco

citados mais de dez vezes: coronel Mário Colares Pantoja (42 menções); major José Maria Pereira de Oliveira (30); governador Almir Gabriel (25); Oziel Alves Pereira (21); e Carlos Medeiros (12).

O coronel Mário Colares e o major José Maria estiveram presentes nas atividades que antecederam o massacre, assim como durante e após sua execução. Responsáveis, respectivamente, por mandar e efetuar a ação contra os sem-terra, os militares seguiam todas as ordens do governador Almir Gabriel. Segundo Nepomuceno (2019), o político foi categórico ao determinar o fim das negociações e o restabelecimento do local, “utilizando todos os meios e recursos necessários” (Nepomuceno, 2019, p. 94).

De todas as vítimas mortas na chacina, Oziel é o mais emblemático, de acordo com Nepomuceno (2019). Com apenas 17 anos, o jovem foi o responsável por organizar as ocupações e a marcha até Belém. No dia da chacina, Oziel foi um dos principais alvos, e aquele que teve a morte testemunhada por um número maior de pessoas. Por conta disso, seu nome foi escolhido para batizar a escola municipal da Vila 17 de Abril, local onde moram os sobreviventes que aguardam até hoje por justiça, e vivem com as sequelas físicas, psicológicas e sociais da chacina.

Por último, o personagem Carlos Medeiros é o único que não está ligado às mortes em Eldorado. Sua presença na trama é apresentada por Nepomuceno (2019) para exemplificar as falhas do judiciário paraense. Apesar de nunca ter sido visto pessoalmente durante sua existência, é rodeado de pessoas importantes, como “advogados, funcionários de vários governos do Pará, de órgãos do governo federal, de prefeituras, tribunais e cartórios” (Nepomuceno, 2019, p. 40). É o reflexo de como as terras da Amazônia são tratadas pelo grupo abastado financeiramente. Enquanto isso, os habitantes de menor condição econômica são alvos constantes de pistoleiros, latifundiários e do próprio governo.

Esses personagens têm papel central na obra, pois estão diretamente envolvidos no conflito agrário em Eldorado. Suas ações direcionam a posição dos capítulos escolhida pelo autor e são fundamentais na construção dos episódios narrativos. Portanto, nesta etapa analítica, verifica-se que, dentro da narrativa de Nepomuceno (2019), os personagens foram enriquecidos, ao terem tratamento superior ao “comum”, feito por um jornalista em uma redação. Nesse espaço, é natural o repórter apresentar seus entrevistados apenas com nome completo, profissão e, quando possível, idade (Essenfelder, 2017).

Já em *O massacre*, o jornalista dá espaço a experiências e situações das quais as pessoas foram testemunhas. Com isso, o autor fornece ao leitor “a sensação de estar dentro da cabeça do personagem, experimentando a realidade emocional da cena como o personagem a experimenta” (Wolfe, 2005, p. 54). É o momento em que o jornalista não se ocupa em concentrar os relatos obtidos por meio das personalidades consideradas legítimas, como políticos e órgãos de governo, mas nas escutadas pelo cidadão comum, posicionando-o como centro narrativo (Pena, 2006).

Chega-se, pois, ao quarto movimento, “Estratégias comunicativas”. Nele, detecta-se a presença do autor no processo de escrita, por meio da construção dos sentidos no texto, a partir dos efeitos de real (objetivação) e dos efeitos poéticos (subjativação).

Em relação aos efeitos de real, foram encontradas quatro estratégias de objetivação em *O massacre*: inserção de dados listados por entidades, posição geográfica de espaços-chave da trama, precisão de data e hora, e citações em aspas dos entrevistados. A aplicação dessas estratégias na obra pode ser vista nos excertos a seguir, na devida ordem:

[...] o número de conflitos ou emboscadas que tiveram como causa disputas por terras chegou a 1.043, e resultou em 1.399 assassinatos. Disso tudo, apenas 77 casos chegaram a julgamento: cerca de 7%. De cada dez réus, oito continuavam em liberdade. Foram identificados os mandantes, e deles, quinze foram condenados e seis, absolvidos. Dos condenados, nenhum ficou preso muito tempo. No caso específico do Pará, de todos os crimes ocorridos, somente 28% foram investigados pela polícia. (Nepomuceno, 2019, p. 31).

[...] o coronel Pantoja recostou-se sobre o para-lamas de uma camionete A-20 bordô estacionada na beira de uma estrada do interior do Pará, na altura do quilômetro 96 da rodovia PA-150, um lugar conhecido como Curva do S, a uns 9 quilômetros da pequena cidade de Eldorado do Carajás e a quase 800 quilômetros da capital, Belém. (Nepomuceno, 2019, p. 74).

Assim, na quarta-feira, 1º de agosto de 2006 — sete anos depois da primeira sentença, oito anos depois do início do processo, e dez anos, três meses e quatorze dias depois do massacre —, foi feito um acordo por 1,2 milhão de reais (na época, cerca de 580 mil dólares), dando a cada vítima uma indenização que variava de 30 a 90 mil reais. O procurador-geral do estado do Pará, Aloysio Cavalcante Campos, fechou o acordo com o advogado das vítimas. (Nepomuceno, 2019, p. 51).

“Claro que é pouco”, diz Raimundo Gouvêa, um dos pioneiros, que no dia 17 de abril de 2006 era um dos dirigentes do MST mais procurados na região. [...] “Mas é muito mais do que antes, quando não tínhamos nada, e só sonhar a gente sonhava, às vezes, com um pedaço de terra para trabalhar”, continua ele. “Às vezes, porque a gente não conseguia sonhar quase nunca.” (Nepomuceno, 2019, p. 70).

O uso desses efeitos permite a certificação de que o relato exposto é verdadeiro e composto por informações reais. Portanto, para que a narrativa não seja montada de modo engessado, mas provoque sensações e identificação desse retrato histórico-social, Nepomuceno (2019) também utilizou três estratégias de subjetivação: descrição meticulosa, adjetivação de espaços e pessoas e humanização.

A primeira estratégia, a descrição meticulosa, está, na maioria das vezes, junto à adjetivação, como pode ser visto nos dois trechos a seguir: o primeiro é o retrato da Vila 17 de Abril, assentamento onde moram as vítimas do massacre; o segundo, a apresentação do coronel Pantoja, um dos personagens principais do livro-reportagem:

[...] uma pequena e ordenada cidadezinha de nada, a pouco mais de 100 quilômetros de Marabá, que é a grande cidade da região, porta de entrada para o sul do Pará, e a uns 15 de Eldorado do Carajás, um lugar pobre e feio, sem graça nenhuma em suas ruas de terra com seu comércio de pobres, mas que conta com pelo menos um privilégio: fica no entroncamento de duas estradas estaduais importantes e sem nome, a PA-150 e a PA-276, esburacadas, mal sinalizadas, perigosas — mas asfaltadas. [...] O caminho que leva até a Vila é feito de pequenas elevações, quase colinas, onde campos verdes, parecendo pastos de gado escasso, surgem salpicados por troncos negros, erguidos contra o nada: são os restos de antigas castanheiras, que pontilham toda a paisagem da região com suas formas esguias, escuras e abandonadas. (Nepomuceno, 2019, pp. 47-48).

Tinha 49 anos de vida, 28 de Polícia Militar, e estava exausto. Todos os músculos de seu rosto tremiam, seus olhos tingidos de vermelho brilhavam, e ele respirava pela boca, fazendo um ruído de fole. Seus lábios estavam cobertos por uma leve camada de espuma, o suor escorria por seu pescoço e empapava a gola de seu uniforme. Suas mãos se sacudiam em movimentos desarticulados. Os dedos estavam brancos, de tanta pressão sobre o cabo de um revólver Taurus calibre 38, de seis tiros. (Nepomuceno, 2019, p. 74).

A humanização do relato, última estratégia observada, é empregada de diversos modos no texto. Mas, por questões de análise, foi delimitada a inserção dos verbos de sentimento, artifício encontrado quando Nepomuceno (2019) destaca as reações que os trabalhadores sem-terra desencadearam nos moradores da região durante a marcha, e a transcrição da rotina dos moradores na Vila 17 de Abril, respectivamente:

Os sem-terra levaram arroz, açúcar, maçãs e todas as sandálias. Carregaram quase 16 toneladas, que foram parar no posto de gasolina ocupado por eles. E, é claro, carregaram também a fúria do prefeito e a ira dos comerciantes da região. (Nepomuceno, 2019, p. 89).

Mas ninguém entre as lideranças e a coordenação do movimento esquece que, em outubro de 1997, pela primeira vez, a Polícia Militar foi chamada para intervir em casos de enfrentamento dentro do assentamento. Para os moradores da Vila 17 de Abril, o medo era encontrar entre esses policiais militares algum que tivesse participado do massacre de 1996. (Nepomuceno, 2019, p. 62).

Com o uso desses recursos, efeitos de real e efeitos poéticos, o jornalista visa aproximar o leitor do fato, assim como deixar o texto mais profundo e humano. É a produção de um material distante da efemeridade do jornalismo diário, ou, como diz Pena (2006), a construção de um enredo por meio de complexa teia de relações e destinos.

No quinto movimento da análise narrativa, “Relação comunicativa e ‘contrato cognitivo’”, Motta (2007) aponta que se trata do momento de investigar os fatores que envolvem a relação entre o narrador (jornalista) e o narratário (audiência). Assim, pode-se atestar se o processo narrativo reproduz a realidade do fato retratado. Como *O massacre* conta com narrativa não linear, apresentado no primeiro movimento, a história da chacina é fragmentada nos cinco capítulos. Esse mecanismo assegura ao leitor possibilidade de se centrar no acontecimento principal, a partir de uma relação comunicativa baseada na memória, em que intenta a reconfiguração da história durante a leitura e a conexão do passado com o presente.

Outro ponto da relação é o tratamento do conflito apoiado em diversos olhares. Nepomuceno (2019) se debruça em vários procedimentos para atingir tal objetivo: a análise de documentos oficiais; os encontros com políticos, advogados e jornalistas; e as viagens para entrevistar os integrantes do MST e as vítimas do massacre. O resultado dessas técnicas é visto nos municípios descritos, no prefácio e na construção do conflito por terra como premissa de rememorar uma problemática do campo na Amazônia paraense, conforme apontado, com mais detalhes, no quarto movimento.

Desse modo, durante a “relação comunicativa”, destaca-se o reconhecimento da audiência pelo narrador: como a CPT é uma das bases de dados usadas por Nepomuceno (2019) e os sobreviventes do massacre são os principais entrevistados, constata-se que o público-leitor são, especialmente, os pesquisadores e simpatizantes da luta dos trabalhadores sem-terra integrantes do MST. Em seguida, abarca as pessoas atraídas pela temática dos conflitos por terra e da violência no campo.

Ressalta-se, ainda, que o contrato cognitivo entre jornalista e audiência foi fortalecido por meio dos métodos usados por Nepomuceno

(2019) para construir a realidade do dia 17 de abril de 1996 e dos que a viveram. Os testemunhos formaram os conectivos dos episódios e a reconfiguração do fato. Juntos, geraram um texto completo, fruto de profusa apuração, que aperfeiçoa os recursos do jornalismo e ultrapassa as barreiras estilísticas da escrita (Martinez, 2009).

No sexto e último movimento, é executado o reconhecimento da Metanarrativa, também compreendida como o significado de fundo moral ou fábula. Nele, são manifestados os fatos que causam a quebra da ética e seu sentido dentro do enredo.

Em *O massacre*, o fundo moral e ético está presente logo no subtítulo: *Eldorado do Carajás – Uma história de impunidade*. No decorrer dos capítulos, essas impunidades são expostas: arquivamento das investigações dos gestores públicos Almir Gabriel, Paulo Sette Câmara e demais responsáveis por ordenarem a ação; diminuição do cumprimento da pena do coronel Mário Colares Pantoja e do major José Maria Pereira Oliveira; absolvição dos 144 policiais militares julgados; pagamento da indenização às vítimas da chacina somente para 20 pessoas e 10 anos após o crime; espera de justiça pelos sobreviventes, assim como sequelas deixadas às vítimas após a tragédia, que, até hoje, assombra a realidade dos que sobreviveram.

Logo, ao selecionar o massacre de Eldorado e reportá-lo em formato de livro-reportagem, o jornalista não busca, apenas, desvelar as fábulas existentes nas metanarrativas culturais das notícias, sua matéria-prima. Antes, ele espera exercer a cidadania, ao repensar a abordagem feita para que a reprodução do caso contribua com a formação da sociedade sobre a temática analisada (Pena, 2006).

6 Conclusão

O jornalismo literário é uma modalidade narrativa reconhecida pelo polimento das práticas jornalísticas e da atenção no uso do estilo literário. Quando um profissional do âmbito jornalístico pretende desenvolver um caso já apresentado em uma notícia, reportagem ou grande reportagem, na maioria das vezes, volta-se à produção de um livro-reportagem. Essa expressão do gênero híbrido alcançou relevância narrativa, pois conseguiu aumentar a criticidade de um episódio e colocá-lo em outros espaços.

O jornalista Eric Nepomuceno se propôs em investigar, esquadriñar e escrever todas as complexidades possíveis de uma

das tragédias mais graves dos conflitos por terra no país: o massacre de Eldorado do Carajás. Em seu livro-reportagem, *O massacre – Eldorado do Carajás: uma história de impunidade*, o autor relata, a partir de documentos, depoimentos, e da escuta das vítimas, o que ocorreu no dia 17 de abril de 1996 no sudeste paraense.

Diante da pretensão do jornalista em reproduzir um assunto relevante da Amazônia paraense, tencionou-se analisar, no presente artigo, o modo como o escritor construiu a narrativa dos conflitos por terra, sob a perspectiva do jornalismo literário. Para esse propósito, foi preciso identificar as características da modalidade narrativa no texto, processo amparado pela análise pragmática da narrativa jornalística de Motta (2007). Do mesmo modo, chancela-se a esse tipo de jornalismo um caráter mais interpretativo, uma vez que se alinha ao que nos diz Ricoeur (2019, p. 126): “Explicar um texto significa, pois, antes de mais, considerá-lo a expressão de certas necessidades socioculturais e a resposta a certas perplexidades bem localizadas no espaço e no tempo”.

Lembramos, ainda em diálogo com o filósofo, que, “(...) da primeira vez, a compreensão será uma captação ingênua do sentido do texto enquanto todo. Da segunda, será um modo sofisticado de compreensão apoiada em um procedimento explicativo” (Ricoeur, 2019, pp. 105-106). Assim, observamos um jornalismo interpretativo operado no livro-reportagem de Nepomuceno, que aprofunda os fatos a partir da consulta de diversas fontes, documentos e sujeitos envolvidos. Busca compreender para explicar os fatos que remontam à formação política e social da Amazônia paraense.

Na presente análise, foram identificadas, em *O massacre*, características que compõem o jornalismo literário, segundo estudiosos do gênero: precisão das informações, humanização dos personagens, potencialização dos recursos jornalísticos, expansão temática, escrita autoral e comprometimento ético.

Com os seis movimentos da análise de Motta (2007), verificou-se que a estrutura desmembrada em cinco capítulos na obra não é linear, e Nepomuceno (2019) tampouco o fez de modo totalmente “descronológico”. Seu método foi retardar, fragmentar e apresentar os conflitos e episódios, tal qual uma novela. Um dos recursos que auxiliaram essa dinâmica foi a construção dos personagens. Mais do que uma questão quantitativa, as citações dos personagens foram relevantes para o desenvolvimento dessa rememoração. Dizer quem são as pessoas que modelaram os rumos do massacre é humanizá-

las, assim como dar nomes aos que foram agentes desse fato na história do conflito por terra.

Os efeitos objetivos e subjetivos, a relação comunicativa baseada na memória e o senso ético dentro do enredo também são reveladores da constituição do texto jornalístico-literário de *O massacre*. Todos os instrumentos usados pelo autor são fundamentais para naturalizar e humanizar o ambiente apresentado. São funções que ajudam o leitor a adentrar o universo dos conflitos no campo paraense e depositar sua confiança nessa narrativa, já que ele não esteve na Vila 17 de Abril, nem conversou com os sobreviventes ou com as testemunhas.

Retoma-se Ricoeur (2019, p. 106), quando afirma que, entre o texto e o leitor, estabelece-se uma relação assimétrica, na qual apenas um dos parceiros fala pelos dois. Assim, compreender não é apenas repetir o evento do discurso em um evento semelhante, mas gerar novo acontecimento, que começa com o texto em que o evento inicial tomou forma. Essa é a perspectiva da configuração narrativa do livro-reportagem de Nepomuceno, em que sua narração tece novos fios entre os acontecimentos e os sobreviventes do massacre.

Destarte, a análise executada neste artigo se junta a outras pesquisas sobre livro-reportagem feitas no campo da comunicação. É uma literatura que abre espaço para a discussão sobre jornalismo literário e o que o cerca: as figuras de linguagem, a interpretação dos fatos, a colocação dos diálogos, os dados e a subjetividade direta do autor. De modo específico, em *O massacre*, põem-se em relevo os conflitos por terra, um problema social que tem atravessado a história da Amazônia e de seus moradores, e que ainda está ausente das pautas do jornalismo diário – em que, quando aparece, emerge nas narrativas jornalísticas em um cenário de desvio da normalidade ou do confronto entre “o bem” e “o mal”.

NOTAS

- 1 O Complexo Macaxeira, comumente chamado de Fazenda Macaxeira, é uma área de 42.558 hectares, localizada entre os municípios de Eldorado dos Carajás e Curionópolis. Em setembro de 1995, aproximadamente 3.500 famílias de trabalhadores rurais, organizadas pelo MST, acamparam próximo ao complexo para reivindicar a área. Os manifestantes afirmavam que a terra era improdutiva e, de acordo com o artigo 184 da Constituição

Federal, a propriedade deveria ser usada para fins de reforma agrária. A partir de um laudo, considerado falso pelo movimento, que atestava a produtividade das terras, iniciou-se uma série de negociações entre os trabalhadores rurais e representantes do governo estadual. Como não houve acordo concreto durante as reuniões, os manifestantes optaram por ocupar a Fazenda Macaxeira e realizar uma marcha até Belém (Barreira, 1999).

REFERÊNCIA

Araújo, R. S. B. (2007). *Vozes Dissonantes: Estado, discurso e conflito no Oeste do Pará* [dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. Recuperado de <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3452>

Barbalho, A. (2014). O MST e a chacina de Eldorado dos Carajás na imprensa portuguesa. *Lumina*, 8(2), 1–18. DOI: 10.34019/1981-4070.2014.v8.21120

Becker, B. (2015). *As amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica* (volumes 1, 2 e 3). Garamond.

Borges, R. (2013). *Jornalismo literário: análise do discurso*. Insular.

Barreira, C. (1999). Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. *São Paulo em perspectiva*, 13(4), 136-143. DOI: 10.1590/S0102-88391999000400015

Castro, E. M. R. (2017). Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In E. M. R. Castro (Ed.), *Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências* (pp. 19-48). NAEA.

Comissão Pastoral da Terra. (2023). *Conflitos no campo Brasil 2022*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

Costa, A. C. (2022). Contribuições de Paul Ricoeur à comunicação: breves reflexões hermenêuticas. In A. C. Costa, P. Nunes & V. M. T. Costa (Eds.), *Narra'Amazônia: modos de ser e estar no mundo* (pp. 96 – 117). Folheando.

Costa, G. (2018). Fabricar a memória da violência: imagens do massacre de Eldorado dos Carajás na arte contemporânea. *Arteriais - Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes*, 4(7), 164-181. DOI: 10.18542/arteriais.v4i7.7056

Costa, C. (2005). *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*. Companhia das Letras.

Essenfelder, R. (2017). Hibridismos Narrativos: recursos literários na grande reportagem contemporânea. *Intercom: Revista Brasileira De Ciências Da Comunicação*, 40(3), 37-54. DOI: 10.1590/1809-5844201733

Fontana, M. (2009). Literatura e jornalismo: fato e ficção em Abusado e Cidade de Deus [Doctoral dissertation, Universidade Federal de Pernambuco]. Universidade Federal de Pernambuco Repository.

Feliciano, C. A. (2016). A prática da violência no campo brasileiro no século XXI. In E. S. Ramos Filho, M. A. Mitidiero Júnior. & L. R. S. Santos (Orgs.), *Questão agrária e conflitos territoriais* (pp. 81-100). Outras Expressões.

Kotscho, R. (2000). *A prática da reportagem*. Ática.

Lage, N. (2001). *Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística*. Record.

Lima, E. P. (2009). *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Manoele.

Lima, E. P. (2013). Memória do futuro: Jornalismo literário avançado no século XXI. *Inovcom*, 5(2), 68-78. Recuperado de <https://blog.edvaldopereiralima.com.br/wp-content/uploads/JLA-1-Inovcom.pdf>

Loureiro, V. R., & Guimarães, E. C. (2007). Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia. *Revista Direito GV*, 3(1), 221-246. Recuperado de https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/102536/reflexoes_pistolagem_violencia_violeta.pdf

Malheiro, B. C. (2020). Colonialismo Interno e Estado de Exceção: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos. *Cadernos de Geografia*, 30(60), 74-98. DOI: 10.5752/P.2318-2962.2020v30n60p74-98

Martinez, M. (2009). Jornalismo Literário: a realidade de forma autoral e humanizada. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 6(1), 71-83. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n1p71/10418>

Motta, L. G. (2007). Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In C. Lago & M. Benetti (Eds.), *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo* (pp. 143-167). Vozes.

Nepomuceno, E. (2019). *O massacre: Eldorado do Carajás - uma história de impunidade*. Editora Record.

Oliveira, A. S., & Bernd, Z. (2021). Livro-reportagem: um produto cultural a serviço da memória: uma análise da obra *Uma Questão de Justiça* da jornalista canadense Isabel Vincent. *Interfaces Brasil/Canadá*, 21, 1-25. DOI: 10.15210/interfaces.v21i0.21478

Pena, F. (2006). *O Jornalismo Literário*. Contexto.

Pereira, A. de J. (2020). *O massacre de Eldorado dos Carajás/PA (1996-2019) e o desdobramento da luta de classes: narrativas dos sobreviventes e formação política* [tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás]. UFG – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Pereira, A. dos R. (2015). A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará (1980-1995). *Revista Territórios e Fronteiras*, 8(1), 229-255. DOI: 10.22228/rtf.v8i1.335

Pessa, B. R. (2009). *Livro-reportagem: origens, conceitos e aplicações*. Universidade Metodista de São Paulo.

Ricoeur, P. (2019). *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso da significação*. Edições 70.

Quadros, A. R. (2021). Novo Estilo, Novos Personagens: Uso de Fontes nas Colunas Políticas de Eliane Brum. *Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Silva, J. R. C. da., & Scudeller, V. V. (2022). Os ciclos econômicos da borracha e a Zona Franca de Manaus: expansão urbana e degradação das microbacias. *Research, Society and Development*, 11(6), 1–30. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.29103

Silva, W. A. da. (2020). *Os discursos produzidos sobre o “massacre de Eldorado dos Carajás” pelo jornal o globo em 1996* [monografia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará]. Repositório Institucional da Unifesspa.

Souza, M., & Silva, U. C. (2013). O MST no Jornal Hoje uma análise discursiva. *Cadernos de Estudos linguísticos*, 55(2), 177-192. DOI: 10.20396/cel.v55i2.8637297

Sodré, M., & Ferrari, M. H. (1986). *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. Summus Editorial.

Sims, N., & Kramer, M. (1995). *Literary journalism*. Ballantine Books.

Wolfe, T. (2005). *Radical Chique e o Novo Jornalismo*. Companhia das Letras.

ALDA CRISTINA SILVA DA COSTA. Docente / Pesquisadora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA); coordena os projetos de pesquisa Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (Narramazônia) e Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia. Autora de “Emergência indígena: comunicação de resistência na pandemia de Covid-19” (Belém: UFPA, 2023) e “Apontamentos interpretativos e jornalísticos sobre a Amazônia: o discurso de Bolsonaro na ONU” (Rio de Janeiro: UFF, 2021). Colaboração no artigo: conceitualização; análise formal; metodologia; discussão dos resultados; redação - revisão e edição; revisão e aprovação da versão final do artigo; validação. E-mail: aldacosta@ufpa.br

ERICA DIAS. Mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA). Jornalista pela UFPA e membro dos projetos Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (Narramazônia) e Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia. Autora de “O massacre de Eldorado do Carajás para além do factual: a reconstrução narrativa de uma tragédia no jornalismo literário” (Belém: PPGCOM/UFPA, 2023). Colaboração no artigo: concepção; conceitualização; análise formal; investigação; discussão dos resultados; redação – rascunho original; redação – revisão e edição; revisão e aprovação da versão final do artigo; validação. E-mail: ericamarquesd@gmail.com

Três pareceres utilizados na avaliação deste artigo podem ser acessados em: <https://osf.io/3sjrg>, <https://osf.io/yq3uk> and <https://osf.io/vmtxq> | Seguindo a política de ciência aberta da BJR, os avaliadores autorizaram a publicação do parecer e a divulgação de seus nomes.